

Turquia e UE: o Perigo de um Falhanço Histórico

Pedro Baldaia

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra (Mestrando, História Contemporânea)

A Turquia é um país que vive num eterno “confronto” entre duas visões daquilo que é e deve ser a Turquia: de um lado o secularismo, um princípio base da República da Turquia, que tem em Mustafa Kemal Atatürk, pai-fundador da República, o seu ícone e do outro o islamismo, num país em que 99% da população é muçulmana. A realidade social, cultural e política da Turquia leva-nos a perceber que esta dicotomia nem sempre é objectiva, e que resumir a complexidade turca a estes dois termos se pode tornar bastante redutor e indutor de falsas ideias. Faço-o aqui apenas e só para simplificar a explicação daquilo que quero trabalhar, como método temporário de trabalho.

A sociedade turca apresenta especificidades que a larguíssima maioria da população europeia desconhece, que não podem ser analisadas apenas e só à luz dos parâmetros dos países ocidentais. País de múltiplas realidades, a Turquia é para o visitante uma caixa de surpresas a cada local que se visita. Universidades onde é proibido entrar com o chamado véu islâmico, o *hijab*, constroem no interior do *campus* universitário mesquitas; estudantes que se recusam a tirar o *hijab* escondem-no debaixo de cabeleiras uniformizadas, para assim contornarem a proibição do seu uso nos edifícios estatais; as mesmas estudantes que no verão vão à praia e usam biquíni, sem tirar o *hijab*, e que compram álcool nos supermercados, agarradas aos namorados....

Tal como José Pedro Teixeira Fernandes defende, o espaço que hoje a Turquia ocupa, à época o Império Otomano, não sofreu a mesma dialéctica que o espaço europeu cristão – “a construção secularista europeia” é fruto de uma “rejeição/interacção/síntese entre o cristianismo católico / protestante, o pensamento político pós-Vestefália (século XVII) e o Iluminismo (XVIII)”, o que por si basta para que entendamos, ou pelo menos aceitemos, que avaliar a realidade turca à luz dos parâmetros ocidentais é meio caminho andado para nada se saber e para aumentar as dúvidas e possíveis preconceitos que apenas prejudicam um debate que se quer produtivo.

A recente onda de manifestações e protestos contra a chamada “islamização” do país põe a nu as profundas divisões internas, facilmente perceptíveis para quem visita a Turquia para lá de Istambul ou da Capadócia. De um lado o chamado movimento secularista, auto-denominado “filho e defensor dos valores de Atatürk”, engloba todo um conjunto de forças políticas e ideais que dificilmente estarão de acordo noutro qualquer aspecto: de comunistas a radicais nacionalistas, de republicanos socialistas à extrema-esquerda ilegalizada ou residual eleitoralmente. Do outro o AKP (Partido da Justiça e do Progresso), que governa desde 2002, que tem maioria parlamentar, que se prepara para eleger o Presidente da República (eleição esta que é o motivo próximo para a onda de protestos), e que de acordo com as mais recentes sondagens vai sair vitorioso das legislativas de Julho.

No entanto tem sido este mesmo AKP, classificado de pró-islâmico (classificação que recusa, apresentando-se como um partido moderno conservador), que tem levado a cabo as maiores reformas políticas, possivelmente as mais importantes desde a morte de Atatürk, e que deu um empurrão decisivo para que o processo de adesão à UE fosse uma realidade a curto/médio prazo. A Turquia tem ainda um longo caminho a percorrer, com muitas deficiências ao nível democrático e económico, onde o Estado mantém um forte controlo sobre sectores fundamentais da economia (muitas vezes controlo não-governamental mas sim militar, através das empresas poderosíssimas que estão nas mãos do Exército), e com o problema cipriota omnipresente nas negociações.

Defendo, no entanto, que o processo de adesão da Turquia à UE pode vir a falhar não por culpa directa da Turquia mas sim pela posição dúbia, e por vezes pouco honesta, de alguns países europeus, que já depois de iniciadas as negociações (só possíveis porque houve unanimidade na decisão) têm vindo a público defender posições anti-Turquia, propondo “parcerias privilegiadas” para substituir a entrada na União como membro de pleno direito. Esta postura tem levado a que o apoio da população turca à adesão tenha caído consideravelmente no último ano, e que nas referidas manifestações anti-islamização (que por princípio é um ideal caro aos europeus) se ouçam palavras de ordem anti-UE, e que os movimentos nacionalistas tenham agora mais força do que se poderia imaginar há apenas dois anos atrás.

A Turquia é um país moderno e ocidentalizado, que desde 1957 procura aderir ao espaço comunitário europeu. Um país a quem nunca foi negada a sua pertença à Europa (ao contrário do que aconteceu, por exemplo, a Marrocos, nos finais dos anos 80), e que no contexto mundial se apresenta como um país central nas questões estratégicas e energéticas. Recusar a sua entrada, agora que se lhe abriu a porta e ela já está com um pé cá dentro, pode ser desastroso para a União Europeia.